

EDUCAÇÃO E AGRICULTURA FAMILIAR: RELAÇÕES E CONTEXTOS

Marilanda Jesus de Lima¹

Resumo: O mundo rural contemporâneo abarca a agricultura familiar, tipo de trabalho que vem com um histórico de crescimento no Brasil. Nesse contexto, a educação torna-se uma estratégia para “mudar” de vida. Desejo esse, maior e mais cobiçado entre os jovens filhos dos agricultores que não querem envelhecer sem uma formação. Assim, a educação no campo torna-se necessária. Devida a importância que a agricultura familiar vem tendo no mercado nacional e sua modernização buscamos analisar se a relação entre a educação e a agricultura familiar.

Palavras-chave: agricultura familiar, educação, qualidade de vida.

Abstract: The contemporary rural world embraces the family agriculture, work type that comes with a growth report in Brazil. In that context, the education becomes a strategy to "change" of life. I want that, larger and more coveted among the farmers' youths children that don't want to age without a formation. Like this, the education in the field becomes necessary. Owing the importance that the family agriculture comes tends in the national market and his/her modernization looked for to analyze the relationship between the education and the family agriculture.

Keyword: family agriculture, education, life quality.

Introdução

1. Agricultura familiar.

Nos anos recentes, tem havido avanços significativos no Brasil no âmbito dos estudos rurais sobre formas familiares de produção e sobre suas relações como os processos de desenvolvimento rural. Desde o início da década de 1990, um conjunto de publicações e pesquisas provocou uma renovação importante nos temas que até então vinham pautando a agenda das pesquisas sociais no meio rural. Para além dos movimentos sociais e das transformações técnico-produtivas pós modernização agrícola das

¹ Agrônoma pela UESB/ Vit. da Conquista. Especialista em Meio Ambiente e Desenvolvimento pela UESB/Itapetinga.

décadas anteriores, os pesquisadores passaram a conferir maior atenção à agricultura familiar.

De fato, o interesse pela agricultura familiar é um fenômeno recente. Contudo, a emergência e o reconhecimento da agricultura familiar não devem ser entendidos como a expressão de uma novidade, de algo que não existia até então. As formas sociais que atualmente se abrigam sob a denominação de agricultura familiar, em épocas anteriores recebiam outras denominações segundo o contexto regional e a formação histórico-social. A afirmação recente sob a noção agricultura familiar deveu-se um movimento sincronizado conjugado por fatores sociais, políticos e intelectuais. Do ponto de vista social, a categoria emergiu como resultante das mobilizações patrocinadas pelo movimento sindical, no início da década de 1990. (Em termos político-institucionais a agricultura familiar alcança legitimidade crescente a partir da criação do PRONAF (Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar), Decreto 1946, de 28 de junho de 1996) e de uma estrutura específica destinada a operar políticas para esses políticos no interior do Ministério de Desenvolvimento Agrário. No Campo intelectual, o reconhecimento começa pelos estudos que buscam definir o universo de estabelecimentos rurais que não contratavam forças de trabalho, denominados por isso de familiares, em oposição aos patronais. A partir dessa opção, ao longo da década de 1990 avançaram os estudos e pesquisas que definem a agricultura familiar como aquela que opera a partir da articulação das dimensões trabalho, gestão e propriedade familiar.

A crescente projeção social e política da agricultura familiar no Brasil podem ser compreendidas como expressão de seu reconhecimento e legitimação, o que demandou ampla capacidade de mobilização, protestos e ações dos próprios agricultores, materializados em políticas governamentais cada vez mais identificadas com este público (além do Pronaf, atualmente pode se listar as ações de renovação da extensão rural, da produção agroecológica. Da aquisição de alimentos, educação no campo etc.)

2. A descentralização em educação.

A Constituição de 1998 definiu um arranjo federativo com significativa de transferência de capacidade decisória, funções e recursos do governo para estados e, especialmente, para municípios. Almeida (1996).

Nos anos 80 a crise do financiamento das políticas públicas federais no início da década e os reclamos de importantes segmentos da sociedade brasileira quanto às características concentradoras e centralizadas do modelo econômico agregavam às bandeiras democráticas o problema da descentralização política, administrativa e fiscal. Certamente a descentralização com três aspectos tornava efetivo: mais poder, autonomia e recursos para a gestão de suas políticas básica na educação. Em programas estratégicos de desenvolvimento local sustentado e geração de emprego e renda, Médici e Maciel (1996, p.44).

A reforma do ensino fundamental no contexto da política educacional brasileira tem como principais metas a universalização e a maior eqüidade do acesso; a melhora da qualidade do ensino e a implementação de processos mais eficazes e eficientes de prestação de serviços educacionais. Das mudanças constitucionais até meados dos anos 90, entretanto, eram poucas as alterações introduzidas no setor.

Em 1995, começou a reverter quando o então setor público ao nível de ensino fundamental passou a experimentar uma forte inflexão no sentido da descentralização federativa e da desconcentração do poder decisório nas suas estruturas organizacionais (Draibe, 1999). Foram importantes neste processo a publicação da Lei de Diretrizes e Bases da educação em 1996, a definição de parâmetros curriculares, a descentralização de programas federais que apóiam o ensino fundamental e, sobre o ponto de vista financeiro, a implementação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (Fundef), em 1998.

Pelo exposto, pode-se observar um gradativo processo de descentralização dos serviços e recursos na educação fundamental a partir da constituição de 1988, acelerando-se no final dos anos 90. A União, ao desempenhar cada vez mais o papel de distribuição complementar de recursos, concentra a execução aos demais entes federativos, oferecendo os gestores dos Municípios e dos Estados, por um lado, a oportunidade de assumirem plenamente novas responsabilidades como educação básica de cidadãos, gerindo diretamente recursos adicionais destinados ao setor. Por outro lado, a descentralização evidencia a necessidade de modernização e implementação de estruturas administrativas dessas esferas de governo de maneira a torná-las capazes de desempenhar suas novas funções.

3. Agricultura familiar e Educação de laboratório

A educação de laboratório é um termo genérico, aplicado a um conjunto metodológico visado a mudanças pessoais a partir de aprendizagem baseadas em experiências diretas ou vivências. (Rocha e Padilha), Moscovici. Confirmando um caráter experimental da situação de treinamento ou desenvolvimento em que os participantes são encorajados a experimentar comportamentos diferentes do seu padrão costumeiro de interação com outras pessoas em grupo, sem as conseqüências que aconteceriam de tal experimentação real (trabalho, educação, lar etc.).

A característica mais marcante do método de laboratório é o enfoque. A experiência presente é início para a aprendizagem, sendo comum a todos os membros do grupo. A experiência é individual, direta, repartida imediata, pelos membros do grupo, podendo ser comparada almejada e validada, com, base para conceitos e conclusões elaborados pelo grupo.

Neste desenvolvimento em laboratório, a mudança de atitude o conteúdo não é a única nem a maior preocupação. O interesse predominante volta-se para examinar como aconteceu e não somente o que aconteceu.

Na educação formal, nos cursos escolares e seminários de treinamento, a ênfase está na absorção e devolução do conteúdo, nas idéias e conhecimentos, enquanto no laboratório, o processo de internalização, o como dos eventos pessoais e interpessoais, os sentimentos associados são também atentamente estudados. Para (Rocha e Padilha, p 109 2004) refere-se assim a educação de laboratório.

Os conhecimentos, as informações, os conceitos teóricos são parte integrante do laboratório, pois as experiências vivenciadas, por mais importante que sejam não bastam por uma aprendizagem significativa. Refletir sobre as experiências, discuti-las compará-las e organizá-las em conceitos que formem um quadro de conhecimentos e empíricos. Por meio da conceituação ou, mapa cognitivo, a experiência vivida torna-se compreensível e, conseqüentemente, aplicável ou transferível a outras situações.

Desta forma, o aprendizado é um produto da experiência vivida no laboratório que envolve mudança nos sentimentos: (domínio afetivo), pensamentos (domínio cognitivo) e comportamentos (domínio comportamental) das pessoas em grupos ou em organizações.

4. Educação para agricultores familiares formando profissionais atentando para desenvolvimento sustentável.

O mundo rural é um espaço de desenvolvimento, onde se vê a necessidade da reorganização sindical da agricultura familiar. Dentro da proposta de educação básica esta integrada à educação profissional e sócio-política, constituindo-se também como uma modalidade de educação de jovens e adultos com elevação de escolaridade.

A qualificação técnica está associada tanto à educação básica quanto à formação político-social, não separando assim a vida profissional da vida social do agricultor familiar. É um processo que envolve absorção, re-elaboração e instrumentalização da cultura (geral e técnica). Maior conhecimento técnico leva a um maior controle sobre o processo de trabalho.

Os educandos constroem coletivamente o conhecimento, reelaboram do já produzido e acumulado pela sociedade, o currículo não possui a abordagem tradicional. A organização da agricultura familiar e o desenvolvimento sustentável e solidário são os conhecimentos servem como parte para a acumulação dos demais já reconhecidos.

Não é uma concepção de educação vinculada a empregabilidade ou par a melhoria da produtividade. É uma proposta de educação para a vida, para a garantia de direitos, para transformação de direitos históricos. A educação geral articulada à qualificação profissional e à formação para a cidadania, na ótica dos trabalhadores, tem por objetivo a construção de uma sociedade justa e solidária e já mostra seus resultados em diversas experiências, do **projeto Semear Bahia**.

A metodologia que liga os conteúdos das diferentes áreas do conhecimento procura movimentar entre esses temas, simultaneamente, congregado a cultura, o saber e as experiências de vida, trabalho e luta social acumulados pelos trabalhadores, ao saber acadêmico das várias áreas do conhecimento.

O processo de aprendizagem é trabalhando no processo interdisciplinar e contextual, onde os conteúdos temáticos tentam uma compreensão de totalidade do conhecimento, organizado em

módulos de forma integrada, onde cada módulo se inter-relaciona com o outro, interagindo num movimento de ação- reflexão- ação.

A metodologia proposta se diferencia da metodologia própria da educação escolar convencional. Através do contexto social do aluno surge o tema gerador. Estes temas estão organizados no eixo temáticos são perpassados pelos temas transversais. O tema a forma de trabalho é interdisciplinar.

As atividades realizadas procuram problematizar as relações entre o conhecimento produzido e acumulado pela humanidade com a realidade do educando. Assim o educando tem acesso a este conhecimento de forma significativa sendo mediado por questões ao seu cotidiano.

A relação entre educando e educador permite esta postura dos educandos de sujeitos do processo educativo, trocando experiências e deixando de lado o tradicional autoritarismo, próprio da concepção de educação onde o professor é o detentor de conhecimento.

Os módulos ocorrem em geral uma vez ao mês, são constituídos de atividades praticas realizado nas comunidades.

Avaliação é inserida na dinâmica do trabalho de educação; através da demonstração de dimensões da organização do trabalho pedagógico e do processo de ensino/aprendizagem desenvolvido nos cursos; envolvam um processo coletivo maior no processo educativo dos trabalhadores.

Os instrumentos de registro do acompanhamento e avaliação:

Arquivo das atividades de formação- organizar coletâneas das produções realizadas individual e coletivamente , sistematizando os diferentes movimentos do processo de aprendizagem;

Ficha síntese de acompanhamentos individual – através da observação sistemática, registrando o processo de aprendizagem de cada educando

Ficha de auto – avaliação – educador e educando

Mapas de avaliação coletivas – educador e educando

5. Qualidade de vida.

A melhoria de renda deste segmento, por meio de sua maior inserção no mercado, tem impacto importante no interior do país e, por conseqüência, nas médias e grandes metrópoles (WANDERLEY, 2001), trazendo aí um meio de vida onde se vive melhor, produz mais, e ao mesmo tempo há conservação do ambiente natural.

A agricultura familiar é valorizada também como segmento gerador de emprego e renda de modo a estabelecer um padrão de desenvolvimento sustentável, o que resultaria na fixação de parte da população no campo. Nestes termos, ao atacar grande parte dos problemas sociais urbanos derivados do desemprego rural e da migração descontrolada na direção campo-cidade, esta forma de produção é reconhecida, no discurso governamental, como alternativa economicamente produtiva” e politicamente correta.

Analisando o meio rural a partir da agricultura familiar, percebe-se que o padrão produtivo determina mudanças significativas no ambiente e na qualidade de vida dos agricultores. É fundamental que mudanças ocorram de forma sincronizada com as transformações conceituais, estruturais e

comportamentais em curso, influenciando o comportamento e orientando as ações dos agricultores (FREIRE, 2001).

O trabalho do produtor rural se constitui a partir da cultura estabelecida na localidade em que moram. As relações de poder são estabelecidas pelas próprias famílias. Portanto, cabe as famílias definirem o tipo de desenvolvimento que querem ter e se tratando de agricultura familiar, o mais indicado é um tipo de desenvolvimento que leve em consideração a sustentabilidade socioambiental.

Conclusão

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de .*Federalismo e políticas sociais*. In: AFONSO, Rui de Brito Álvares; SILVA, Pedro Luíz Barros. (Orgs.) *Descentralização e políticas sociais*. São Paulo: FUNDAP, 1996.

DRAIBE, Sônia. A experiência brasileira recente de descentralização de programas federais de apoio ao ensino fundamental. In: COSTA, Vera Lúcia Cabral. (Org.). *Descentralização da educação, novas formas de coordenação e financiamento*. São Paulo: Cortez, 1999.p.68-98.b

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Tradução de Rosisca D. de Oliveira. 11. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001. 93 p. (O mundo, hoje, 24).

LEI N. 9.394 (LDB). Diário Oficial da União. Brasília, 20 de dez, 1996.

MÉDICI, André; MACIEL, Marco. A dinâmica do gasto social nas três esferas de GOVERNO: 1980 – 92. In: *Descentralização e políticas sociais*. São Paulo: FUNDAP, 1996.

WANDERLEY, N. **Raízes históricas do campesinato brasileiro.** In: **TEDESCO (Org.) Agricultura familiar: realidades e perspectivas.** Passo Fundo- RS: UPF, 2001, 405 p.

LUTZENBERGER, José A.: **O absurdo da agricultura moderna,** Porto Alegre 2002. Revista Globo rural, maio 2004.